



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



MENSAGEM Nº 19/2014

PROJETO DE LEI Nº 22/2014

SÚMULA: Altera dispositivos da Lei nº 3757, de 21 de dezembro de 2011, que institui a Política Municipal de Resíduos Sólidos, estabelece normas e diretrizes para gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos.

PROPONENTE: Executivo Municipal

LEITURA EM PLENÁRIO: 5/2/2014

PARECERES

Assessoria Jurídica: 6/2/2014

Distribuído à Comissão de Justiça e Redação em: 17/2/2014

Relator: Valmir Tasca – DEM

Distribuído à Comissão de Políticas Públicas em: 19/2/2014

Relator: Enio Ruaro – PR

Distribuído à Comissão de Orçamento e Finanças em: 26/2/2014

Relator: Claudemir Zanco – PROS

VOTAÇÃO

PRIMEIRA VOTAÇÃO: 17.3.2014 – Aprovado com 10 (dez) votos.

19.3.2014 - Retirado de pauta a pedido do Vereador Geraldo Edel de Oliveira – PV para apresentação de emenda.

SEGUNDA VOTAÇÃO: 24.3.2014 – Aprovado, com emenda, com 9 (nove) votos e 1 (uma) ausência. Ausente, o vereador Augustinho Polazzo – PROS.

REDAÇÃO FINAL: Ofício nº 112, de 25 de março de 2014.

SANÇÃO: Lei nº 4253, de 27 de março de 2014

(Publicada no sítio <http://amsop.dioems.com.br/> edição nº 568 de 1º de abril de 2014)



MUNICÍPIO DE
PATO BRANCO

ESTADO DO PARANÁ

GABINETE DO PREFEITO



CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR
Protocolo Geral
-04-Fev-2014-16:59-018680-1/2

MENSAGEM Nº 19/2014

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores.

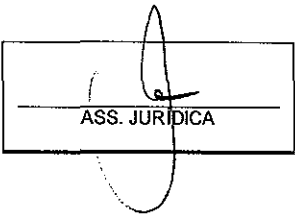
O anexo Projeto de Lei, ora conduzido à apreciação de Vossas Excelências, propõe a alteração da Lei nº 3.757, de 21 de dezembro de 2011, que instituiu a Política Municipal de Resíduos Sólidos, estabelecendo normas e diretrizes para gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos.

A referida alteração tem por objetivo estipular um valor de referência para aplicação de multa, quanto ao não cumprimento correto da logística reversa dos resíduos sólidos.

Contando com a compreensão dos nobres Edis, apreciando e votando a favor da matéria em pauta, antecipamos agradecimentos.

Gabinete do Prefeito,


AUGUSTINHO ZUCCHI
Prefeito


ASS. JURÍDICA



MUNICÍPIO DE
PATO BRANCO

ESTADO DO PARANÁ

GABINETE DO PREFEITO



PROJETO DE LEI Nº 22/2014

Altera dispositivos da Lei nº 3.757, de 21 de dezembro de 2011, que Institui a Política Municipal de Resíduos Sólidos, estabelece normas e diretrizes para gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos.

Art. 1º O artigo nº 30 da Lei nº 3.757, de 21 de dezembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

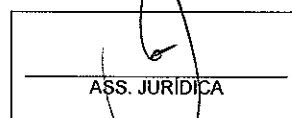
“Art. 30. São obrigados sob pena de multa no valor de 5 UFMs a 50 UFMs após o prazo de 90 (noventa) dias da data de publicação da presente Lei, a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, os geradores por processos de fabricação, importadores, distribuidores e comerciantes de:

- I – embalagens de agrotóxicos e similares registrados para fins não agrícolas e seus resíduos, assim como outros produtos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso, observadas as regras de gerenciamento de resíduos perigosos previstas em lei ou regulamento específico, em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa, ou em normas técnicas;
- II - pilhas e baterias;
- III - pneus;
- IV - óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens;
- V - lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista;
- VI - produtos eletroeletrônicos e seus componentes;
- VII - embalagens de isopor;
- VIII - embalagens de solventes tintas imobiliárias e automotivas.”

Art. 2º O artigo nº 39 da Lei nº 3.757, de 21 de dezembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 39. São proibidas as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

- I - lançamento em quaisquer corpos hídricos;
- II - lançamento “in natura” a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;





MUNICÍPIO DE
PATO BRANCO

ESTADO DO PARANÁ

GABINETE DO PREFEITO



III - queima de resíduos a céu aberto ou em recipientes, nos terrenos públicos ou particulares edificados ou não;

IV - jogar lixo de qualquer espécie nas vias públicas, estradas rurais, terrenos baldios;

V - É proibido depositar ou acondicionar o lixo destinado à coleta, em recipientes que não sejam ergonomicamente, ambientalmente ou sanitariamente aprovados pela municipalidade, nem a colocação nesses coletores, de objetos que não sejam qualificados como resíduos equiparados a resíduos domiciliares.

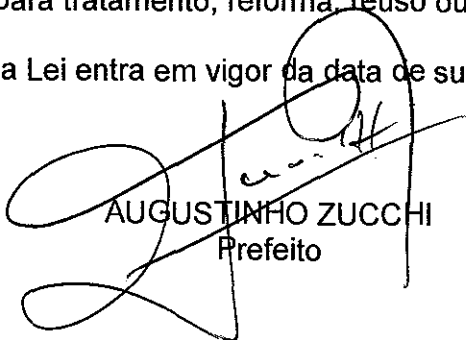
VI - outras formas vedadas pelo poder público;

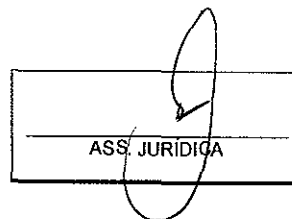
Pena: Multa de 5 a 50 UFMs

Art. 3º O artigo nº 41 da Lei nº 3.757, de 21 de dezembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 41. É proibida, sob pena de multa de 5 UFMs a 100 UFMs, a compra ou aquisição de resíduos sólidos perigosos e rejeitos oriundos de outros municípios, bem como de resíduos sólidos cujas características causem dano ao meio ambiente, à saúde pública e animal e à sanidade vegetal, ainda que para tratamento, reforma, reuso ou recuperação.”

Art. 4º Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.


AUGUSTINHO ZUCCHI
Prefeito





Câmara Municipal de Pato Branco

Sede Administrativa: Carlos Almeida



Ao Excelentíssimo Senhor Guilherme Sebastiao Silverio
Presidente da Câmara de Vereadores de Pato Branco

Pato Branco, 14 de fevereiro de 2014.

PARECER JURÍDICO **Projeto de Lei nº 22/2014**

O Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 19/2014, propôs o projeto de lei em epígrafe numerado, que tem por finalidade alterar a Lei nº 3.757, de 21 de dezembro de 2011, que institui a Política Municipal de Resíduos Sólidos, estabelece normas e diretrizes para gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos.

Segundo o Executivo, em apertada síntese, a alteração visa estipular um valor de referência para a aplicação de multa quando do descumprimento da legislação.

É o conciso resumo. Passa à análise do projeto.

A análise jurídica da proposição será breve e objetiva, até por que a intenção legislativa é tão-somente determinar um valor, em Unidade Fiscal do Município (UFM) para as multas aplicáveis quando do não cumprimento da logística reversa dos resíduos sólidos de que trata de Lei nº 3.757/2011.

A matéria não encontra óbice legal para sua normal tramitação, haja vista que o Poder Executivo é competente para propor a alteração em tela.

No mais, tem-se que ao estabelecer uma multa razoável (no sentido do valor ser relativamente alto – 50 UFM's, o que equivale, hoje, a quantia aproximada de R\$ 1.500,00) para que se cumpra fielmente a legislação, há um claro atendimento a uma política pública de proteção ao meio ambiente preconizado pelo Texto Constitucional, especialmente no art. 225¹.

¹ Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações



Câmara Municipal de Pato Branco

Sede Administrativa: Carlos Almeida



Desta feita, sem mais delongas, somos favoráveis à matéria.

É o parecer.

Luciano Beltrame
Procurador Legislativo


José Renato Monteiro do Rosário
Assessor Jurídico



CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO **ESTADO DO PARANÁ**

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 22/2014

A Comissão de Justiça e Redação recebeu o Projeto de Lei nº 22/2014, de Autoria do Executivo Municipal, que solicita a este poder legislativo a apreciação e aprovação do referido projeto que tem por finalidade Alterar dispositivos da Lei nº 3757, de 21 de dezembro de 2011, que Institui a Política Municipal de Resíduos Sólidos. Estabelece normas e diretrizes para gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos.

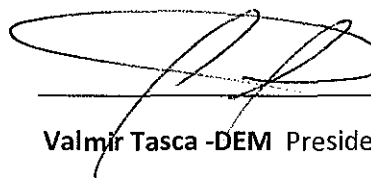
A proposição justificada pela municipalidade tem por objetivo, tão somente determinar o valor, em Unidade Fiscal do Município (UFM) para as multas aplicáveis quando do não cumprimento da logística reversa dos resíduos sólidos de que trata a Lei nº 3.757/2011.

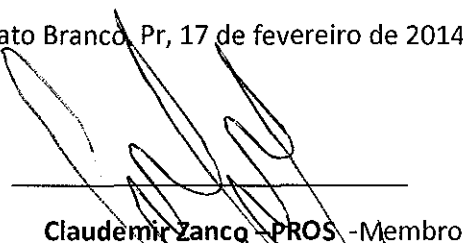
Observa-se portanto que os valores constantes na Lei nº 3.757/2011, no artigo 30, onde traz o valor de 1/10 do VR (valor de referencia) passa a ser de **5 UFM's a 50 UFM's**, no artigo 39, de 1/10 do VR a 05 VR passa a ser de **5 UFM's a 50 UFM's** e no artigo 41, de 1/10 VR a 05 VR, passa a ser de **5 UFM's a 100 UFM's**, valores estes propostos pelo Executivo Municipal para o projeto em tela.

A matéria se encontra em conformidade com as normas que a regem, com legislação específica no que for pertinente e com o que preceitua a Lei, razão pela qual após análise da matéria a Comissão Justiça e Redação emitiu **PARECER FAVORAVEL** a sua tramitação e aprovação.

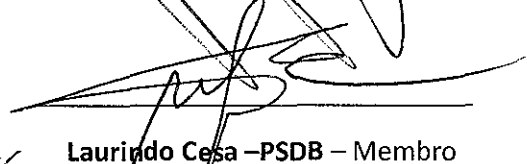
É o parecer, SMJ.

Pato Branco, Pr, 17 de fevereiro de 2014

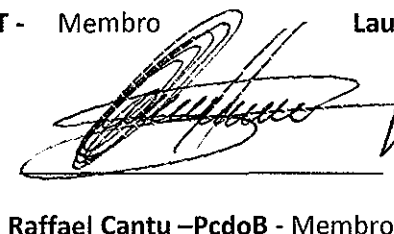

Valmir Tasca -DEM Presidente/Relator


Claudemir Zanco -PROS -Membro


Jose Gilson Feitosa da Silva- PT - Membro


Laurindo Cesa -PSDB - Membro

Pelo Tramitação


Raffael Cantu -PcdoB - Membro

Favorável à discussão em plenário.

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR
Protocolo Geral
-18-Fev-2014-14:57-018738-1/1

COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 22/2014**

A Comissão de Políticas Públicas apresenta o presente parecer ao Projeto de Lei nº 22/2014, de autoria do Executivo Municipal, o qual foi enviado por meio da Mensagem nº 19/2014, com a finalidade de obter autorização legislativa para alterar dispositivos da Lei nº 3.757, de 21 de dezembro de 2011, que institui a Política Municipal de Resíduos Sólidos, estabelecendo normas e diretrizes para a gestão integrada dos resíduos sólido urbanos.

Segundo o projeto exposto, a alteração tem por objetivo estipular um valor de referência para aplicação de multa no valor de 5 UFGs a 50 UFGs, estipulados pelo Executivo Municipal, quanto ao não cumprimento correto da logística reversa dos resíduos sólidos.

A matéria contempla os preceitos da política pública de proteção ao meio ambiente, estando apta a seguir sua regimental tramitação por esta casa de leis. Após análise, a Comissão de Políticas Públicas emitiu **PARECER FAVORÁVEL** a tramitação do Projeto de Lei nº 22/2014.

É o parecer, Salvo Maior Juízo.
Pato Branco, 21 de fevereiro de 2014.

Vilmar Maccari – PDT
Presidente

Augustinho Polazzo – PROS
Membro

Enio Ruaro- PR
Membro/ Relator



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO **Parecer ao Projeto de Lei nº 22/2014**

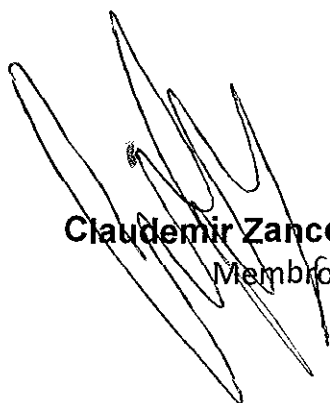
Os membros da Comissão de Finanças e Orçamento se reuniram para analisar e emitir parecer ao **Projeto de Lei nº 22/2014, de 4 de fevereiro de 2014, Altera dispositivos da Lei nº 3757, de 21 de dezembro de 2011, que institui a Política Municipal de Resíduos Sólidos, estabelece normas e diretrizes para gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos.**

O Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 19/2014, propôs o projeto de lei em epígrafe, que tem por finalidade alterar a Lei nº 3.757, de 21 de dezembro de 2011, que institui a Política Municipal de Resíduos Sólidos, estabelece normas e diretrizes para gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos.

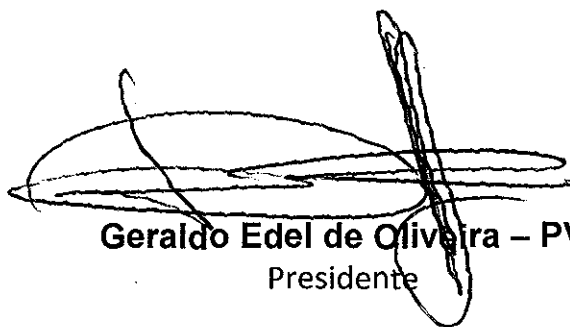
Segundo o Executivo, em síntese, a alteração visa estipular um valor de referência para a aplicação de multa quando do descumprimento da legislação.

Em relação à proposição em tela, verificando as informações que o referido Projeto de Lei visa estabelecer, não foi observada nenhuma ilegalidade. Após análise, emitimos **PARECER FAVORÁVEL** à tramitação do presente Projeto de Lei.

É o parecer, Salvo Maior Juízo.
Pato Branco, 10 de março de 2014.



Claudemir Zanco – PROS
Membro



Geraldo Edel de Oliveira – PV
Presidente



Leunira Vigano Tesser – PDT
Membro



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

GABINETE DO VEREADOR ITO OLIVEIRA -PV



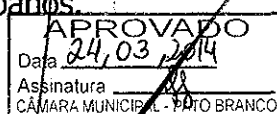
Excelentíssimo Senhor

Guilherme Sebastião Silvério

M.D. Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco

O Vereador **Geraldo Edel de Oliveira - PV**, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresenta para a apreciação do douto Plenário desta Casa de Leis, **EMENDA ADITIVA** ao Projeto de Lei nº 22/2014, o qual altera disposições da Lei nº. 3.757, de 21 de dezembro de 2011, que institui a Política Municipal de resíduos sólidos urbanos.

EMENDA ADITIVA



Acresce artigo ao Projeto de Lei nº. 22/2014 com a seguinte redação:

Art...

A Lei nº. 3.757, de 21 de dezembro de 2011, passa a vigorar acrescida do artigo 42-A, com a seguinte redação:

Art. 42-A As multas de que trata esta Lei serão graduadas de acordo com a gravidade da infração, definidas em regulamento próprio.

Nestes termos, pede deferimento.

Pato Branco, 19 de março de 2014.

Geraldo Edel de Oliveira
Vereador - PV

CÂMARA MUNICIPAL
PATO BRANCO
Valmir Tassia
Vereador - DEM

Câmara Munic. Pato Branco
Leunira V. Tesser
Vereadora - PDT



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



PROJETO DE LEI Nº 22/2014

Altera dispositivos da Lei nº 3.757, de 21 de dezembro de 2011, que Institui a Política Municipal de Resíduos Sólidos, estabelece normas e diretrizes para gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos.

Art. 1º O artigo nº 30 da Lei nº 3.757, de 21 de dezembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 30. São obrigados sob pena de multa no valor de 5 UFMs a 50 UFMs após o prazo de 90 (noventa) dias da data de publicação da presente Lei, a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, os geradores por processos de fabricação, importadores, distribuidores e comerciantes de:

- I – embalagens de agrotóxicos e similares registrados para fins não agrícolas e seus resíduos, assim como outros produtos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso, observadas as regras de gerenciamento de resíduos perigosos previstas em lei ou regulamento específico, em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa, ou em normas técnicas;
- II - pilhas e baterias;
- III - pneus;
- IV - óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens;
- V - lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista;
- VI - produtos eletroeletrônicos e seus componentes;
- VII - embalagens de isopor;
- VIII - embalagens de solventes tintas imobiliárias e automotivas.”

Art. 2º O artigo nº 39 da Lei nº 3.757, de 21 de dezembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 39. São proibidas as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

- I - lançamento em quaisquer corpos hídricos;
- II - lançamento “in natura” a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;
- III - queima de resíduos a céu aberto ou em recipientes, nos terrenos públicos ou particulares edificadas ou não;
- IV - jogar lixo de qualquer espécie nas vias públicas, estradas rurais, terrenos baldios;
- V - É proibido depositar ou acondicionar o lixo destinado à coleta, em recipientes que não sejam ergonomicamente, ambientalmente ou sanitariamente aprovados pela municipalidade, nem a colocação nesses coletores, de objetos que não sejam qualificados como resíduos equiparados a resíduos domiciliares.



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



VI - outras formas vedadas pelo poder público;
Pena: Multa de 5 a 50 UFMs

Art. 3º O artigo nº 41 da Lei nº 3.757, de 21 de dezembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 41. É proibida, sob pena de multa de 5 UFMs a 100 UFMs, a compra ou aquisição de resíduos sólidos perigosos e rejeitos oriundos de outros municípios, bem como de resíduos sólidos cujas características causem dano ao meio ambiente, à saúde pública e animal e à sanidade vegetal, ainda que para tratamento, reforma, reuso ou recuperação.”

Art. 4º A Lei nº 3.757, de 21 de dezembro de 2011, passa a vigorar acrescida do artigo 42-A, com a seguinte redação:

“Art. 42-A. As multas de que trata esta Lei serão graduadas de acordo com a gravidade da infração, definidas em regulamento próprio.”

Art. 5º Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

Diário Oficial dos Municípios

do Sudoeste do Paraná—DIOEMS—



Terça-feira, 01 de Abril de 2014

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano III – Edição Nº 0568

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

LEI Nº 4.253, DE 27 DE MARÇO DE 2014

Altera dispositivos da Lei nº 3.757, de 21 de dezembro de 2011, que Institui a Política Municipal de Resíduos Sólidos, estabelece normas e diretrizes para gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos.

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo nº 30 da Lei nº 3.757, de 21 de dezembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 30. São obrigados sob pena de multa no valor de 5 UFM's a 50 UFM's após o prazo de 90 (noventa) dias da data de publicação da presente Lei, a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, os geradores por processos de fabricação, importadores, distribuidores e comerciantes de:

I – embalagens de agrotóxicos e similares registrados para fins não agrícolas e seus resíduos, assim como outros produtos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso, observadas as regras de gerenciamento de resíduos perigosos previstas em lei ou regulamento específico, em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa, ou em normas técnicas;

II – pilhas e baterias;

III – pneus;

IV – óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens;

V – lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista;

VI – produtos eletroeletrônicos e seus componentes;

VII – embalagens de isopor;

VIII – embalagens de solventes tintas imobiliárias e automotivas.”

Art. 2º O artigo nº 39 da Lei nº 3.757, de 21 de dezembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 39. São proibidas as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

I – lançamento em quaisquer corpos hídricos;

II – lançamento “in natura” a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;

III – queima de resíduos a céu aberto ou em recipientes, nos terrenos públicos ou particulares edificados ou não;

IV – jogar lixo de qualquer espécie nas vias públicas, estradas rurais, terrenos baldios;

V – É proibido depositar ou acondicionar o lixo destinado à coleta, em recipientes que não sejam ergonomicamente, ambientalmente ou sanitariamente aprovados pela municipalidade, nem a colocação nesses coletores, de objetos que não sejam qualificados como resíduos equiparados a resíduos domiciliares.

VI – outras formas vedadas pelo poder público;

Pena: Multa de 5 a 50 UFM's

Art. 3º O artigo nº 41 da Lei nº 3.757, de 21 de dezembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 41. É proibida, sob pena de multa de 5 UFM's a 100 UFM's, a compra ou aquisição de resíduos sólidos perigosos e rejeitos oriundos de outros municípios, bem como de resíduos sólidos cujas características causem dano ao meio ambiente, à saúde pública e animal e à sanidade vegetal, ainda que para tratamento, reforma, reuso ou recuperação.”

Art. 4º A Lei nº 3.757, de 21 de dezembro de 2011, passa a vigorar acrescida do artigo 42-A, com a seguinte redação:

“Art. 42-A. As multas de que trata esta Lei serão graduadas de acordo com a gravidade da infração, definidas em regulamento próprio.”

Art. 5º Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 27 de março de 2014.

AUGUSTINHO ZUCCHI

Prefeito

Publicado em _____ / _____ / _____
Edição:
DIÁRIO ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIOS DO
SUDOESTE DO PARANÁ – DIOEMS

Cod091443